



Livraria Escrita: duas perfurações

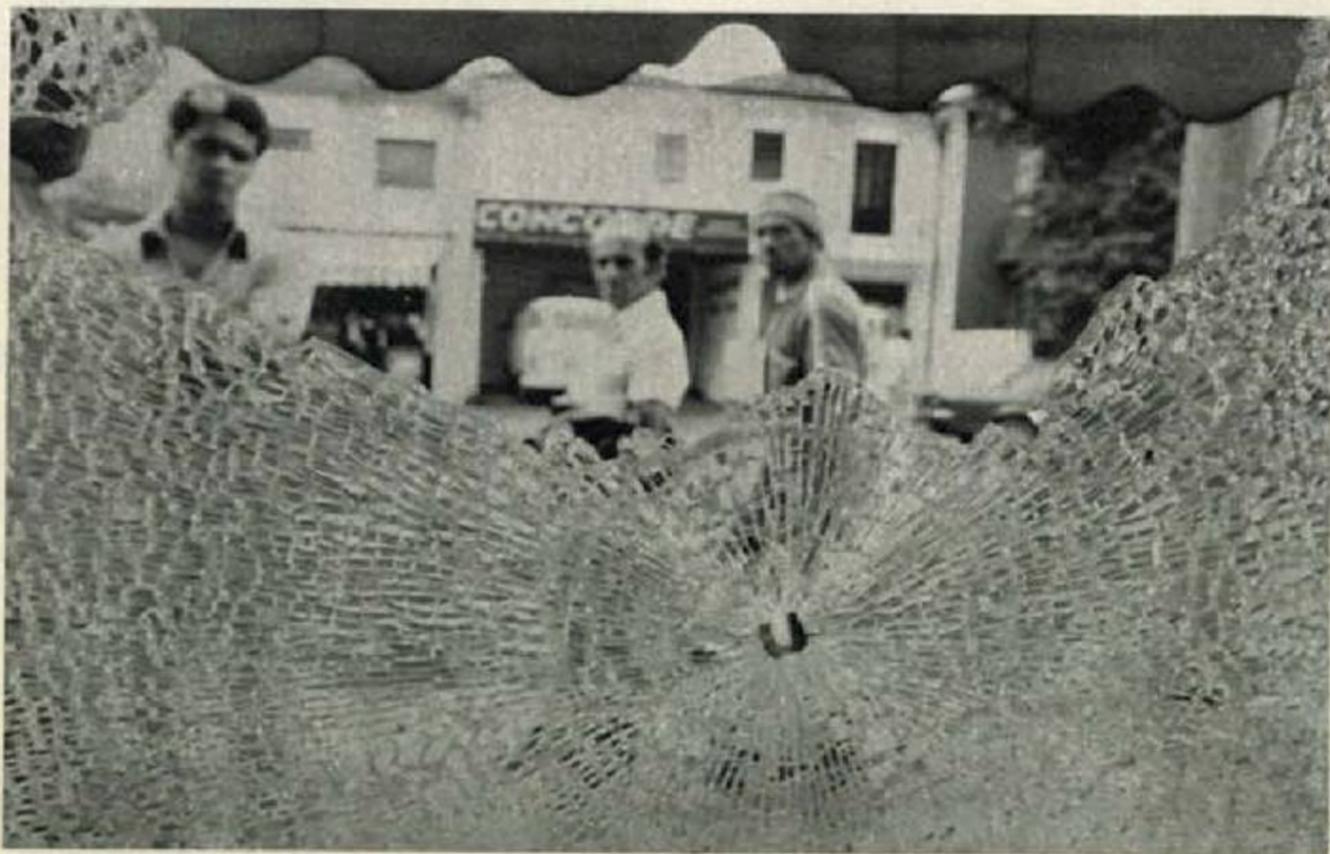
a mesma visão e atenção sobre o fato, estabelecendo contato constante com o delegado Romeu Tuma." É certo que o governo federal — embora um tanto agastado com a exploração política feita por pessoas e entidades muito mais interessadas em arranhar o Planalto que em identificar os autores dos crimes — está efetivamente interessado em desvendá-los.

O trabalho de apuração talvez caminhasse mais rapidamente se todos os escalões do governo se convencessem

de que esses tiros na madrugada, sejam quais forem seus alvos, atingem o processo da abertura — e sua não-punição machuca a credibilidade do regime. Da mesma forma, ricocheteiam no governo estadual certos petardos endereçados à oposição, como a frase disparada na quarta-feira, na cerimônia de lançamento do PDS em Dracena, pelo deputado Armando Pinheiro, líder da bancada na Assembléia Legislativa paulista. "O que existe é uma encenação muito grande", afirmou Pinheiro. "Dalmo Dallari não passa de um grande leviano."

Dallari, é certo, tem tentado ferir politicamente o governador Paulo Maluf com o atentado de que foi vítima mas isso não pode servir de obstáculo à punição de criminosos. Exatamente por isso os policiais encarregados de investigar os atentados contra a livraria Capitu e o prédio em que funcionava a Livraria Escrita, ambos ocorridos em São Paulo no primeiro semestre deste ano, deveriam ao menos descobrir o calibre das balas utilizadas pelos agressores; em vez disso, preferiram sugerir às vítimas que deixassem de exibir nas vitrinas posters de Che Guevara e livros de autores comunistas. Atitudes como essas sugerem que as severas ordens baixadas pelo governo federal não têm suficiente impulso para chegar às delegacias de polícia. Estimulam, também, a suspeita de que existem policiais envolvidos na onda de atentados de extrema direita.

EDUARDO SIMÕES/AGÊNCIA F-4



Livraria Capitu: em vez de investigações, conselhos aos donos

## SEQÜESTRO

# A face do crime

*No processo, o rosto real do seqüestrador*

Uma fotografia dos arquivos da polícia gaúcha é, desde a última terça-feira, a prova definitiva de que o inspetor do DOPS João Augusto da Rosa, o "Irno", chefiou o seqüestro dos uruguaios Lilian Celiberti e Universindo Rodríguez Díaz, no dia 17 de novembro de 1978, em Porto Alegre. A fotografia, de janeiro daquele ano, mostra Irno com os cabelos caindo sobre a testa, de bigodes longos, sem barba — exatamente como ele se apresentou, de arma na mão, aos jornalistas Luiz Cláudio Cunha e JB Scalco, testemunhas da operação que envolveu policiais brasileiros e uruguaios. Sem revelar como obteve a prova, o promotor Dirceu Pinto, da 3.<sup>a</sup> Vara Criminal, anexou-a ao nono e último volume do processo que o Ministério Público move contra Irno e os policiais gaúchos Pedro Seelig, Orandir Portassi Lucas, o "Didi Pedalada", e Janito Kepler, acusados de "abuso de autoridade" por terem participado do seqüestro. O juiz Danilo Rodrigues dará a sentença final até o fim deste mês.

Antes que ficasse estabelecida a verdadeira fisionomia de Irno no dia do seqüestro, ele, seu advogado e diversas falsas testemunhas tentaram seguidamente confundir a Justiça. Em fevereiro de 1979, quando se apresentou ao juiz Rodrigues depois de ficar foragido durante três meses, o chefe do seqüestro portava uma barba espessa, sua calvície era acentuada e usava óculos. Policiais, vizinhos e familiares de Irno asseguraram que essa era sua fisionomia, pelo menos, há cinco anos. Um mês depois, contudo, o juiz Rodrigues descobriu uma fotografia de 1973 em que Irno aparecia com os cabelos longos até os ombros. A descoberta anunciada na semana passada restabeleceu a verdade. Agora, além de Irno, suas testemunhas de defesa também serão processadas por terem mentido em juízo.



Inspetor Irno

AGÊNCIA ESTADO